

EDINHO SILVA

O NOVO PRESIDENTE DO PT



Ricardo Stuckert

Eleito com ampla maioria no PED nacional, Edinho Silva se apresenta como novo presidente do PT e aponta o desafio da construção de um campo democrático para reeleger Lula em 2026. Entre suas principais bandeiras estão a justiça tributária, orçamento participativo, fortalecimento da base e o fim da jornada 6x1

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 09 de julho de 2025 Nº 197

Com votação expressiva, Edinho Silva é eleito novo presidente nacional do PT

PED 2025: filiado desde 1985, conheça o novo presidente do PT

Fabiano Contarato: “É no governo do PT que o pobre efetivamente está no orçamento”

Os destaques da Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro; Lula destaca soberania em discurso



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



COMANDO PETISTA

Recém-eleito presidente nacional do PT, Edinho Silva defende a reeleição de Lula, justiça tributária e a valorização da militância. Ex-ministro de Dilma e coordenador da campanha de 2022, ele assume com a missão de fortalecer o partido, ampliar o diálogo e enfrentar a extrema direita em 2026. **pág. 05**

CARTA AO LEITOR

PT demonstra força social e amedronta a Casa Grande

pág. 04

CAPA

Edinho Silva assume presidência do PT com recado à militância: “Reeleger Lula em 2026 é derrotar o fascismo”

pág. 05

Filiado desde 1985: quem é Edinho Silva, novo presidente nacional do PT

pág. 07

BRASIL

Com foco na saúde e no meio ambiente, Lula cria programa para cortar uso de agrotóxicos

pág. 08

ENTREVISTA

Fabiano Contarato - “Se não ocuparmos o debate da segurança com técnica, a direita ocupará”

pág. 08

ECONOMIA

MEIs representam Brasil de oportunidades

pág. 19

POLÍTICA

Protestos em todo o país defendem taxaço dos super-ricos e criticam Congresso

pág. 20

PT

Semana e safra

pág. 21

CULTURA

“Não cabemos em outro lugar”: Teatro do Contêiner resiste à remoção pela Prefeitura de São Paulo

pág. 22

INTERNACIONAL

Brasil sedia Cúpula dos BRICS no Rio de Janeiro; saiba quais foram os destaques

pág. 23

Lula no BRICS: falas do presidente marcaram o encontro com líderes e chefes de estado no Rio de Janeiro

pág. 25



PT demonstra força social e amedronta a Casa Grande

Enquanto setores da elite econômica projetam o fim do PT, a militância responde com mobilização e protagonismo político. “Qual força política no país mobilizaria, em um único dia, tantos filiados? Nenhuma”

Alberto Cantalice

O Partido dos Trabalhadores, ao longo de seus 45 anos de existência, foi dado como derrotado ou “morto” incontáveis vezes. Ficcionistas travestidos de jornalistas ou articulistas já prognosticaram os destinos do partido, às vezes por delirium tremens, caneta patronal ou ilusão de ótica. Não diferente tem sido a conduta de determinados economistas do mercado. Esses se notabilizam pela fuga da realidade, ilusionismo e mentiras.

Haja vista os seguidos erros de prognósticos.

A resposta do povo sempre vem.

Nessa semana que passou, dois eventos marcaram a reação dos setores progressistas ao predomínio da agenda pública pelo Centrão e pela extrema direita: a reação da militância nas redes sociais, defendendo a taxaço das bets, dos bancos e dos bilionários; e a realização do PED, Processo de Eleições Diretas do PT. Essa eleição movimentou centenas de milhares de filiados do partido e demonstrou a vitalidade incontestável da legenda.

Qual força política no país mobilizaria, em um único dia, tantos filiados? Nenhuma.

Ao reassumir publicamente a chamada pauta do povo, as esquerdas, tendo à frente o PT, emparedam o rentismo que não paga tributos e fazem a pauta ganhar força no Congresso Nacional.

Voltando à questão partidária, a consagrada vitória do candidato Edinho Silva para a presidência nacional do partido atesta o claro compromisso da agremiação com a vitória de Lula em 2026 e o apoio às medidas econômicas da equipe liderada por Fernando Haddad.

Não poderia ser diferente.

O terceiro mandato de Lula herdou uma catástrofe nas contas públicas em 2023, inclusive, mostramos muito deste desmonte em edições desta Focus Brasil em entrevistas e matérias. A partir disso, recompõe com dificuldades as finanças públicas e busca zerar o déficit da União. Antes, trabalhando antes mesmo de assumir, na transição, reconstruiu programas sociais, ampliou investimentos no SUS e na educação, colocando o Brasil como o país com as maiores políticas sociais do mundo e nos retirando novamente do mapa da fome e entrando no traço do desenvolvimento.

Entretanto, ainda há, no campo progressista, setores que buscam lacrar nas redes sociais com críticas ácidas ao governo. É parte daquela gente que fala em povo, mas não conhece o que seja a verdadeira dinâmica do povo brasileiro. Por isso, seu afastamento das grandes massas da população.

Parte desses setores, ao difundir confusões no espaço público, age como quinta-coluna, favorecendo a Casa Grande e o extremismo direitista.

A resposta da militância no PED do PT e o sufoco imposto ao direitismo nas redes, em defesa da taxaço das grandes fortunas, foi a melhor resposta. ■



Reprodução

Edinho Silva assume presidência do PT com recado à militância: “Reeleger Lula em 2026 é derrotar o fascismo”

Novo presidente do PT, eleito em um PED com mais de 400 mil votantes, Edinho Silva afirma que reeleger Lula em 2026 é prioridade e promete liderar com diálogo, presença nacional e unidade partidária

Redação Focus Brasil

Ao ser confirmado como novo presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, em Brasília, Edinho Silva fez um discurso marcado por agradecimentos, defesa da democracia do país nos processos do PT e o anúncio da prioridade política que orientará sua gestão: a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2026. Em fala emocionada e firme, Edinho reafirmou sua

disposição em liderar um partido plural, democrático e comprometido com o enfrentamento das forças conservadoras que ainda ameçam a democracia brasileira.

“Reeleger Lula é construir um Brasil sem privilégios, com igualdade de oportunidades para todos os brasileiros e todas as brasileiras. Um país justo. E justiça é incompatível com qualquer forma de privilégio”, afirmou. A fala sintetiza o espírito da nova direção, que pretende consolidar o PT como força de organização nacional diante de um cenário de acirrada polarização política.

Presidência com diálogo e presença

Ao assumir a direção do partido, Edinho reafirmou que será presidente de todos os grupos internos. “Meu trabalho será diário pela unificação do nosso partido, na complexidade que significa a unidade do PT”, declarou. Ele ressaltou que divergências fazem parte da cultura política petista, mas que a coesão partidária será essencial diante dos desafios que se impõem. “Unidade no PT não significa ausência de debates, nem supressão de divergências, e é natural que essas diferenças,



por vezes, aflorem.”

O novo presidente também reforçou que pretende manter uma gestão próxima da base: “Serei um presidente que percorrerá o Brasil, que estará presente em nossos diretórios estaduais, que dialogará com os movimentos sociais e com todas as forças políticas comprometidas com a construção de um país mais justo.”

O maior desafio: 2026

Em sua fala, Edinho fez questão de situar a conjuntura política em um contexto mais amplo, alertando para o avanço da extrema direita no Brasil e no mundo. “Será a garantia de que a democracia prevalecerá sobre o avanço do autoritarismo, infelizmente presente em setores chave da política brasileira, inclusive em correntes de inspiração fascista.”

O discurso destacou ainda o papel histórico do PT como principal instrumento de transformação social do país, e que a vitória de Lula em 2026 não será um resultado automático. “Tenho plena consciência da dimensão dessa missão e do que ela exigirá de mim. Mas declaro publicamente: estou disposto, motivado e pronto para o diálogo incessante que nos levará à vitória em 2026.”

Justiça tributária

Edinho também destacou que uma das bandeiras de sua gestão será a justiça tributária, além de ampliar a atuação do Partido dos Trabalhadores direto na base. “Quando se estabelece uma desoneração ad eternum, está penalizando quem compra o pãozinho, o arroz, o quilo do feijão. O Brasil só será justo quando a gente acabar com o privilégio e reduzir a desigualdade. E isso só será feito com a reeleição do presidente Lula... O PT tem que revigorar bandeiras históricas. Mais do que nunca o orçamento participativo é atual, os conselhos. O PT tem que entender que tem conselho municipal de saúde, de educação, de segurança alimentar, da diversidade e de combate ao racismo, conselho de cultura, esporte. Não podemos abrir mão de fazer a disputa das políticas públicas. Não pode abrir mão da luta pela universalização da educação integral, da segurança alimentar”, disse.

Fim da escala 6X1

Edinho destacou que o PT deve se voltar para pautas de grande importância para os trabalhadores, como o fim da exaustiva jornada 6X1, que penaliza os trabalhadores mais pobres e a adesão ao transporte público gratuito,

que deve nortear as políticas públicas. “O PT tem que ser enfático com a redução da jornada do trabalho, fim da escala 6X1. Tem que ser enfático com um dos maiores problemas hoje que é o transporte público, que não é gratuito. Esse é o problema grave das cidades brasileiras. Temos que discutir uma forma de custear, pois se não for assim, nós não estaremos construindo uma sociedade justa e igualitária”, afirmou.

Processo democrático e confiança da militância

Edinho agradeceu nominalmente aos adversários internos que participaram do Processo de Eleição Direta (PED), como Rui Falcão, Romênio Pereira e Walter Pomar, e exaltou a maturidade da militância petista. Ao lembrar que percorreu 22 estados durante a campanha interna, reforçou seu compromisso com o diálogo com todas as correntes do partido. Em Minas Gerais, extraordinariamente, o PED acontecerá no próximo final de semana.

Ele também prestou homenagem ao presidente Lula: “Quero também aqui fazer um agradecimento público à confiança do presidente Lula, e afirmar que me empenharei todos os dias para honrar essa confiança.”

Edinho encerrou sua fala com emoção ao celebrar o vigor da democracia partidária do PT: “É importante destacar, com todo respeito aos demais partidos brasileiros, que nenhuma outra agremiação, até este momento, seria capaz de realizar um processo eleitoral interno que mobilizasse mais de 400 mil filiados.”

Com esse tom conciliador e combativo, Edinho assume a liderança da legenda com a missão de consolidar a base partidária e liderar a estratégia que garantirá, em suas palavras, “a continuidade do projeto de reconstrução nacional iniciado em 2023”. ■



Filiado desde 1985: quem é Edinho Silva, novo presidente nacional do PT

Com trajetória marcada por posições no Executivo e no partido, Edinho Silva assume presidência nacional do PT com a missão de reeleger Lula em 2026 e fortalecer pautas da legenda

Redação Focus Brasil

Edinho Silva chega à presidência do Partido dos Trabalhadores em um momento crucial para a legenda e o país. Eleito oficialmente no dia 7 de julho, após as eleições internas realizadas no último domingo, Edinho assume a direção nacional do PT com o desafio de conduzir o partido rumo à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2026.

Aos 60 anos, Edinho é um nome consolidado na história petista. Filiado desde 1985, sua trajetória política é extensa: foi vereador e prefeito de Araraquara por quatro mandatos, deputado estadual por São Paulo entre 2011 e 2015, presidente do Diretório Estadual de São Paulo e ministro-chefe da

Secretaria de Comunicação Social no governo Dilma Rousseff.

Um dirigente da confiança de Lula

Recentemente, esteve à frente da campanha presidencial vitoriosa de Lula em 2022, função que consolidou seu papel estratégico dentro do partido. Agora, assume a presidência nacional do PT, com a experiência de ter sido presidente do PT de São Paulo, com o apoio majoritário das bases e com uma pauta clara: fortalecer a organização partidária e garantir a continuidade do projeto político petista.

Formado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara e mestre em Engenharia de Produção pela UFSCar, Edinho alia formação acadêmica sólida com ex-

periência em gestão pública. Ele também tem defendido com ênfase pautas estruturais do partido, como a justiça tributária. “Nosso país precisa avançar na justiça tributária e social. Quem tem mais, contribui mais; quem tem menos, contribui menos”, declarou recentemente ao compartilhar vídeo da campanha da esquerda pela taxa-ção de super-ricos.

Com a nova missão à frente do PT, Edinho deverá liderar o partido nos debates estratégicos, organizar a militância em torno do PED e da construção programática e atuar como articulador entre governo, base social e movimentos populares. Mais do que um dirigente partidário, volta ao comando como uma figura de confiança de Lula em um momento em que o PT se prepara para novas disputas e reafirma sua centralidade na política nacional. ■



Com foco na saúde e no meio ambiente, Lula cria programa para cortar uso de agrotóxicos

Decreto cria programa de transição agroecológica com apoio técnico, financeiro e prioridade à agricultura familiar

Fernanda Otero

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto que institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (Pronara), criando mecanismos para diminuir gradualmente o uso de substâncias tóxicas na produção de alimentos no país. A medida visa proteger a saúde da população, os ecossistemas e fomentar modelos agrícolas sustentáveis, com foco na agricultura familiar, agroecologia e produção

orgânica.

O ato de assinatura ocorreu durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/2026, no Palácio do Planalto, com a presença da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, e do ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, além de outras autoridades e representantes dos movimentos sociais.

Nova política para transição agroecológica

O Pronara representa um marco na política ambiental brasilei-

ra. Articulado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o programa está vinculado à Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) e ao 3º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). A proposta prevê a redução progressiva de agrotóxicos, especialmente os mais perigosos à saúde humana e ao meio ambiente, incentivo à transição agroecológica com apoio técnico e financeiro aos agricultores, monitoramento de resíduos em alimentos, água e solo, promoção de bioinsumos e alternativas sustentáveis e capacitação de agricultores e profissio-

O que muda com o Pronara



Redução de agrotóxicos

Uso de venenos será gradualmente diminuído, com prioridade para os mais perigosos.



Transição agroecológica

Agricultores receberão apoio técnico e financeiro para adotar práticas sustentáveis.



Promoção de bioinsumos

Governo vai incentivar o uso de soluções naturais no lugar de venenos químicos.



Monitoramento de resíduos

Controle de agrotóxicos em alimentos, água e solo será ampliado.



Formação e capacitação

Agricultores e profissionais da saúde terão acesso a cursos e treinamentos.

nais da saúde.

“Aquele mundo em que o veneno era considerado sinônimo de produtividade ficou para trás”, afirmou Lula ao comentar os incentivos ao setor. “O objetivo final é fazer com que as pessoas melhorem de vida a partir das possibilidades que o governo pode compartilhar e oferecer.”

R\$ 89,2 bilhões para agricultura familiar

Durante a solenidade, também foram anunciados R\$ 89,2 bilhões em recursos para políticas de crédito rural, compras públicas, seguro agrícola, assistência técnica, garantia de preço mínimo e outros instrumentos que fortalecem a produção de base familiar. O pacote consolida o compromisso

do governo com a soberania alimentar e a transição ecológica da agricultura.

Para a ministra Marina Silva, o programa representa um passo fundamental no estabelecimento de uma agricultura sustentável no Brasil. Ela destacou o compromisso com a saúde da população, a proteção dos ecossistemas e o apoio aos produtores rurais. “O Pronara demonstra que é possível produzir alimentos em harmonia com o meio ambiente e impulsionar o desenvolvimento agrícola rumo a um novo ciclo de prosperidade em que ninguém fique para trás.”

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, reforçou a orientação do governo. “Queremos acele-

rar a transição de uma agricultura de base química para uma agricultura de base ecológica e agroecológica”, afirmou.

MST apoia a medida

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) celebrou a criação do Pronara em nota oficial. A organização destacou que o programa responde a uma demanda histórica da sociedade brasileira diante da hegemonia do agronegócio no Congresso Nacional. “O Pronara sempre foi visto como um caminho para que o Poder Executivo pudesse ter um plano e ações concretas para reduzir o uso de agrotóxicos no Brasil”, diz a nota.

O movimento também alertou que, entre 2000 e 2023, o consumo de agrotóxicos no país aumentou 365%, uma média de 6,9% ao ano, “muito maior do que o PIB ou qualquer outro indicador econômico”, afirmou.

Com o Pronara, o governo federal inaugura uma nova etapa da política agrícola brasileira, priorizando a saúde da população, a preservação ambiental e o fortalecimento da produção de alimentos saudáveis. ■

Com informações da Agência Brasil e do MST



“Se não ocuparmos o debate da segurança com técnica, a direita ocupará”

“Quando um político desvia verbas da saúde, mata milhões de pessoas”, afirma o senador Fabiano Contarato, que propõe transformar crimes como peculato, corrupção e sonegação fiscal em crimes hediondos. “Se não ocuparmos o debate sobre segurança com propostas técnicas, a direita o fará com discursos simplistas”, alerta Contarato. Em entrevista à Focus Brasil, defende a responsabilização real para crimes econômicos, critica a seletividade penal e apresenta propostas para enfrentar o crime organizado e a desigualdade no sistema de justiça

Alberto Cantalice e Fernanda Otero

Com 27 anos de atuação como delegado da Polícia Civil do Espírito Santo, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) tornou-se um dos principais nomes do Congresso nas discussões sobre segurança pública e justiça penal. Defensor dos direitos humanos e da Constituição de 1988, Contarato diz que

o sistema penal brasileiro “criminaliza a pobreza e a cor da pele” e cobra um novo equilíbrio: “Quando um político desvia verbas da saúde, mata milhões de pessoas. Quando desvia da educação, mata sonhos. E ninguém fica preso por esse tipo de crime no Brasil.”

Autor de um pacote de projetos apresentado em abril de 2025, ele propõe transformar crimes como corrupção, peculato e sonega-

ção fiscal em crimes hediondos. A ideia é eliminar brechas legais que hoje garantem liberdade a quem desvia recursos públicos. “Não podemos permitir que um condenado a nove anos por homicídio doloso fique nem um ano e oito meses preso. Isso não é razoável”, afirma. O senador também defende o fim das saídas temporárias para crimes graves e a reformulação da remissão de pena por



trabalho. “A impunidade se mantém porque o sistema beneficia a elite econômica e racial.”

Direitos humanos

Para além do endurecimento, Contarato aposta na formação em direitos humanos para policiais, na atuação firme das corregedorias e no fortalecimento da investigação qualificada como pilares para uma política de segurança mais eficaz. “Segurança pública é dever do Estado. Se a população não se sente contemplada, adere a discursos punitivistas.”

Ao tratar da atuação do Supremo Tribunal Federal, o senador rejeita o argumento de que a Corte invade competências do Legislativo. “Se não legislarmos, o STF vai dizer o direito. É o que a Constituição manda.” Para ele, projetos que tratam do casamento homoafetivo, do marco legal da internet ou da descriminalização

do porte de drogas só chegam ao Judiciário porque o Congresso se omite. “Temos que fazer essa mea-culpa.”

Na entrevista à Focus Brasil, Contarato faz um alerta direto à esquerda e ao campo progressista: “Se não ocuparmos o debate sobre segurança com responsabilidade e técnica, a direita o fará com populismo penal”. A seguir, a entrevista com o senador.

- O impasse em torno do IOF criou na sociedade um sentimento de que Congresso e país caminham em rumos diferentes, sem sintonia com a população. Como senador petista, como o senhor tem avaliado o momento?

- Na verdade, eu acho que é uma função do Executivo, é uma prerrogativa do Executivo, por decreto, fazer a regulação desse imposto, portanto, quem mandou mal nesse contexto foi o Congres-

so Nacional. O presidente da República tem legitimidade, ele tem autonomia, ele é o Executivo e ele tem que entender, e sabe, qual é a importância dessa vinculação e desse aumento do IOF de 1,1% para 3,5%, por isso que agora ele tem que buscar efetivamente a tutela do poder judiciário para que corrija essa prerrogativa que é constitucional. Mas essa articulação política tem que ser contínua e permanente, compete aos líderes, tanto do governo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal fazer essa articulação para que não haja nenhuma arranhadura nessa relação, preservar autonomia e harmonização entre os poderes. Então, eu acho que isso faz parte do jogo democrático de direitos e é uma prerrogativa, e defendendo a prerrogativa efetivamente do chefe do executivo. Ele está ali, ele tem que implementar,

a função do executivo é essa, administrar o Estado, implementar as políticas públicas e, para isso, ele tem que saber quando ele tem que fazer essa regulação, essa alteração, esse aumento do IOF, que foi a mola propulsora que causou esse desgaste. Acredito que a população tem que entender que é no governo do Partido dos Trabalhadores que o pobre efetivamente está no orçamento. Está dentro da Constituição Federal, desde o dia 5 de outubro de 1988, no Artigo 153, que compete à União, instituir imposto sobre grandes fortunas, isso está lá desde o dia 5 de outubro de 1988. Passou da hora da gente taxar as grandes fortunas, passou da hora da gente combater os supersalários, os penduricalhos. Nós temos que entender que o teto do servidor público é teto, não podemos admitir que uma camada, uma nata dos servidores públicos, que não chega a 22, 25 mil funcionários públicos no país, todo mês ganhe R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, R\$ 300 mil, R\$ 500 mil, R\$ 1 milhão de reais; enquanto um professor no meu estado, Espírito Santo, para ganhar o piso de R\$ 4.800,00, cumpre carga de 40 horas. E quantos são os municípios do Brasil onde eles não ganham nem o piso? Nós aprovamos o piso da enfermagem, um projeto do qual sou o autor, mas eles também não estão recebendo. Nós não enfrentamos o tema dos supersalários dos penduricalhos. Eu já cobre isso dentro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que tem um projeto para regular e acabar com isso de uma vez por todas, acabando com essa desigualdade. Como você explica, num país com tamanha desigualdade social, num país que, depois da Reforma Trabalhista, houve a precarização da relação dos direitos dos trabalhadores? Nós temos aí a uberização do sistema de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e uma série de ataques

à pauta dos trabalhadores. No entanto, temos, na contramão, uma tentativa de, de alguma forma, impedir que o Executivo desempenhe sua função. Mas eu acredito que, com a articulação dos líderes do governo no Senado e na Câmara, e com a liderança do presidente Lula, isso não terá nenhum impacto, o que precisa ser reforçado é a comunicação. É preciso dizer, divulgar e explicar cla-

“Nós não enfrentamos o tema dos supersalários dos penduricalhos. Eu já cobre isso dentro da Comissão de Constituição e Justiça”

ramente à população quais são as consequências dessas medidas. O governo do presidente Lula quer, e nós queremos também, isentar quem ganha até R\$ 5 mil, é essencial taxar as grandes fortunas, os jatos, as aeronaves. Precisamos garantir que o chefe do Executivo tenha condições de implementar as políticas públicas para as quais foi eleito.

- O senhor acabou de lançar um pacote contra a impunidade dentro da discussão da seguran-

ça pública, uma pauta cara ao seu mandato. Me parece que uma das iniciativas mais importantes é a questão da remissão da pena. Então, gostaria que o senhor explicasse o que é esse pacote, detalhasse o que significa essa sua proposta de remissão de pena.

- Na verdade, a segurança pública é um direito de todos e dever do Estado, conforme estabelece o artigo 144 da Constituição Federal. É por isso que a população se sente vulnerabilizada, ela não se sente segura porque sente a ausência do Estado, as pessoas temem atravessar a rua usando relógio, cordão ou celular, o que causa essa aderência a pautas extremamente punitivistas. Porém, nós, no campo progressista, precisamos compreender que devemos dar tratamento igual a comportamento igual, e tratamento diferente para comportamento diferente. Como ex-delegado, com 27 anos de experiência, pude testemunhar como, infelizmente, o Estado frequentemente criminaliza a pobreza e a cor da pele, quando mais de 70% da população carcerária, são de pessoas pretas e pardas, mas os crimes que maior prejuízo quem pratica são os crimes praticados por políticos ou servidores públicos. De um lado, crimes contra a ordem tributária, o sistema financeiro, sonegação fiscal, corrupção ativa e passiva, peculato - todos esses delitos de colarinho branco. De outro, a realidade carcerária brasileira. Então, temos uma clara distorção no sistema penal, quando o Estado criminaliza a pobreza e a cor da pele, isso tem que me dizer alguma coisa. Faço um desafio a qualquer pessoa: procure no sistema prisional, através dos dados do Ministério da Justiça, qual o percentual de presos em regime fechado por crimes como corrupção, peculato ou delitos tributários. O peculato, por exemplo (que é o desvio de recursos por

funcionário público), tem pena de 2 a 12 anos. Mas há uma razão para a pena mínima ser de 2 anos: a tendência, é condenar na pena mínima, isso permite a suspensão condicional da pena e acordos de não persecução penal. Na prática, mesmo cometendo esses crimes graves, o sistema atual permite que crimes econômicos e contra a administração pública - como corrupção, peculato e sonegação fiscal - sejam praticados sem consequências reais. Já aprovamos na Comissão de Segurança Pública, que esses crimes de corrupção ativa, peculato, corrupção passiva, sejam tratados como crimes hediondos, com uma proposta de minha autoria, de alteração da pena mínima do peculato de 2 para 6 anos, eliminando assim a possibilidade de suspensão condicional da pena.

Também temos que enfrentar um outro tema que é delicado para o campo progressista do adolescente em conflito com a lei. Um caso recente no Espírito Santo, um adolescente entrou em uma escola e matou quatro pessoas e feriu doze. O ECA estabelece o limite máximo de 3 anos de internação. É óbvio que eu sou radicalmente contra, com base em vários fundamentos, da redução da maioria penal, vocês não me verão falando em redução de maioria penal. Pedi para a minha equipe e para a consultoria do Senado pesquisar quais as penalidades ou medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei nos países do G20. O Brasil é o mais permissivo de todos. Por que não podemos, como progressistas, propor que atos infracionais praticados com violência, ameaça, ou crimes comparados a crimes hediondos cometidos por adolescentes, apenas nessas hipóteses, aumenta-se o período de internação, com um debate sério sobre a ampliação do período de internação, sejam 5, 8

ou 10 anos.

A questão não é o número em si, a questão é que nós não debatemos sobre o tema de segurança pública. Quando eu fui delegado de polícia, eu apurei um fato de um homicídio qualificado (que para adultos teria pena de 12 a 30 anos), cometido por um jovem de 17 anos, resultou em apenas 1 ano de internação. Como consolar uma mãe que perdeu seu filho num crime brutal? Imagine um estupro seguido de mor-

“Temos aí a uberização do sistema de trabalho, o enfraquecimento dos sindicatos e uma série de ataques à pauta dos trabalhadores”

te, praticado por um rapaz de 17 anos, ele vai ficar internado por um ano, dois, três anos? Em síntese, meu projeto busca corrigir essa distorção, essa criminalização da pobreza. Hoje, como está, se criminaliza a pobreza e a cor da pele. O que nós estamos estabelecendo é que crimes contra a ordem tributária, sistema financeiro, sonegação fiscal, corrupção ativa ou passiva e peculato passem a ser crimes hediondos, sem acordos de não persecução

penal. Quando um político desvia verbas da saúde, mata milhões de pessoas. Quando ele desvia verbas da educação, ele mata o sonho de milhões de jovens, mas, ninguém fica preso por esse tipo de crime no Brasil. Então, vamos corrigir esse aspecto, estabelecer critérios na chamada remissão de pena pelo trabalho. Eu fui criticado por me posicionar contra as saídas temporárias, quando votei contra um veto do presidente, mas, eu fui conselheiro na vara de execuções penais. Um homicídio doloso, intencional, com pena de 6-20 anos, a tendência é condenar a pena mínima. Um condenado a 9 anos, com 1/6, já pode sair para o regime aberto. A cada 3 dias trabalhados, recebe remição de pena por trabalho. Com 1/3 da pena, livramento condicional com base no artigo 83. No final do ano, indulto e comutação de pena. E ainda você vai dar por ano, 35 dias de saída temporária? Ou seja, aquela pessoa, e eu estou falando de um maior de idade, que foi condenada a 9 anos de reclusão por homicídio doloso, não vai ficar nem 1 ano e 8 meses preso. É razoável isso? Não acho razoável, e nós temos que fazer esse enfrentamento. Como professor de Direito Penal e Processo Penal, e defensor dos direitos humanos, apresentei um projeto, que está na Câmara e deveria ser prioridade do governo, estabelecendo que todas as instituições de segurança pública e privada, ministram direitos humanos. Essa medida humanizaria as instituições de segurança pública, para que elas atuem com rigor da Lei independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem ou poder aquisitivo, e que as pessoas paguem pelos crimes, ou contravenção e ato infracional. Um dos meus projetos altera significativamente a pena para tráfico de entorpecente, temos que entender a conduta de tráfico de entorpecentes dentro da sociedade

de brasileira e o que isso significa, entre outros crimes, como exploração sexual de crianças e adolescentes, são crimes que temos que enfrentar.

- Existe também uma pressão da sociedade, principalmente da ala mais conservadora, de aumentar as responsabilidades dos adolescentes, haja visto esse projeto que foi aprovado na Comissão de Segurança Pública da Câmara, que reduz a idade para porte de arma de 25 para 18 anos. Como o senhor vê esse avanço da extrema-direita quanto à maioria penal? No Senado esse projeto seria aprovado?

- Pela composição que eu tenho presenciado aqui no Senado, na pauta relacionada à segurança pública, e é disso que eu estou falando, é que se o campo progressista não faz esse enfrentamento, não exerce o protagonismo de forma responsável, equilibrada... Eu não estou aqui me colocando como dono da verdade, muito pelo contrário, eu só estou querendo é colocar na mesa para que a gente possa discutir o tema. Vamos fazer audiência pública? Vamos entender se a gente tem que aumentar o período de internação para adolescentes em conflito com a lei, para o ato infracional equiparado a hediondo, ou com violência ou grave ameaça? Temos que exercer esse protagonismo, porque se não exercemos esse protagonismo, a direita exerce, e de uma forma que eu tenho muita cautela com relação a forma dela agir. Eu presenciei aqui, por exemplo, eles proporem o aumento da pena do estelionato, que está no artigo 171, que é um crime praticado sem violência, sem grave ameaça, onde a pena é de um a cinco anos, uma proposta do aumento da pena para 19 anos de reclusão. O principal bem jurídico é a vida, a pena do homicídio

é de 6 a 20, nós estamos aumentando a pena para o estelionato para 19 anos de reclusão. Com muito sacrifício eu consegui reduzir para 12, que ainda é um período muito elevado. Eu não estou aqui falando que não tem que ser condenado, muito pelo contrário, tem que ser, agora, o condenado por crime de estelionato tem que ficar efetivamente preso, tem que cumprir a pena que foi ali estabelecida. Agora, eu só acho assim, como fica essa proporcionalidade

“As pessoas temem atravessar a rua usando relógio, cordão ou celular, o que causa essa aderência a pautas extremamente punitivistas”

e essa razoabilidade em aumentar uma pena nessas circunstâncias?

Eu presenciei aqui, por exemplo, aumentando o furto de cabos de energia. Tudo bem, mas por que a gente não aumenta a pena do receptador? É muito mais grave a conduta do receptador, não estou aqui justificando o furto, mas ele vai ser condenado pelo furto, mas se tiver que aumentar a pena, vamos aumentar a pena de quem pratica a receptação. E

assim sucessivamente. Em outro exemplo, estavam aprovando a extração compulsória de material genético de todas as pessoas, de todos os crimes tentados ou consumados. Nós temos mais de 2000 tipos penais. Então, o Estado não tem nem perito para fazer isso. Imagine uma pessoa condenada por injúria, ter que passar por identificação civil e criminal, além de extração compulsória de material genético para cadastro em banco de dados criminais. Vejo que na atual composição do Senado há sim um terreno fértil para avançar em pautas como essas que estão sendo discutidas na Câmara. Aqui mesmo já aprovamos medidas extremas, me perdoem, mas sou delegado aposentado e advogado, fui inscrito na OAB após me aposentar, e antes de ser delegado exerci brevemente a advocacia. Foi aprovado aqui o porte de arma para todos os advogados! Sim, para todos, 1.5 milhão, sem distinção. O argumento usado era a equiparação, que juízes, promotores e advogados não deveriam ter distinção. Eu questionei: mas para ser promotor ou juiz, quantos anos de advocacia são exigidos? Dei um exemplo: meu sobrinho, no nono período de direito, já havia passado no exame da OAB. Quando se formou, automaticamente se tornou advogado. Automaticamente ele tem direito ao porte de arma? Com muito sacrifício, consegui incluir que, pelo menos todos os advogados tenham que se submeter aos requisitos, não basta ser advogado, ele vai ter que fazer os exames psicológicos, ele vai ter que provar capacidade técnica no manejo de armas. O que esse exemplo mostra é que o ambiente no Senado é um ambiente fértil para fazer esse tipo de alteração. Vamos comparar com outros países: Com relação às penas para adolescentes, vamos comparar com



outros países: México: 5 anos, Argentina, Canadá e Alemanha: 10 anos; França e Itália: 20 anos; Inglaterra: não tem prazo definido; Austrália e Estados Unidos: prisão perpétua. O que estou propondo é simples: apenas nos casos de atos infracionais com violência, grave ameaça ou equivalentes a crimes hediondos, aumentar o período máximo de internação de adolescentes, que vai continuar internado, que hoje é de 3 anos, para até 10 anos. Esse prazo pode ser discutido: 5, 8 anos... O importante é que nós, do campo progressista, falarmos sobre segurança pública. Por que fomos rotulados como defensores dos direitos humanos daqueles que estão cerceados da sua liberdade de ir e vir? Precisamos inverter essa lógica. Sabe o que são direitos humanos? Isso nos dá a oportunidade de comunicar com a sociedade de uma maneira muito clara: Direitos Humanos são o conjunto de direitos naturais de todas as pessoas, independente de raça, cor, etnia, religião ou origem. Quando esses direitos são colocados em um texto legal, tornam-se direitos fundamentais. O jurista Karel

**“Com 27 anos
de experiência,
pude
testemunhar
como,
infelizmente,
o Estado
frequentemente
criminaliza a
pobreza e a cor
da pele”**

Vasak, em 1979, inspirado nos princípios da Revolução Francesa (liberdade, igualdade e fraternidade), classificou essas garantias em gerações de direitos humanos de 1º geração, 2º geração, 3º geração, e há quem fale em 4º geração

de direitos humanos. As pessoas que têm sua liberdade de ir e vir restringida têm seus direitos humanos amparados? Sim, têm. Mas precisamos lembrar que as famílias dos policiais mortos em confronto, defendendo a sociedade, também têm direitos humanos. As famílias das mulheres vítimas de feminicídio, as crianças órfãs dessas tragédias, os menores vítimas de violência sexual, também. Por que não mudamos e falamos que direitos humanos são para todos: tanto para a população carcerária quanto para as famílias dos policiais mortos, para as vítimas de feminicídio e para os crimes contra a dignidade sexual. Precisamos deixar claro que os agentes de segurança pública, tanto na esfera pública quanto privada, devem ser formados em direitos humanos, sistematicamente. Platão falava que “a sabedoria está na repetição”, a gente tem que repetir isso. Precisamos fortalecer as corregedorias para que possam punir com rigor aqueles policiais que cometem excessos, fazendo com que respondam penal, civil e administrativamente por qualquer desvio de conduta. Em uma

ocasião, eu fui perguntado “mas o senhor é um delegado, o senhor não é de direita?” O policial deve ser visto como um garantidor de direitos, não como violador. Partimos do princípio da presunção de legitimidade dos atos da administração pública. Nós, do campo progressista, perdemos a oportunidade de falar mais sobre combate a corrupção, sobre tornar crimes hediondos os crimes contra a ordem tributária, com a população sobre direitos humanos, sobre combate a corrupção, sobre tornar crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro, aumentar o período de internação, em casos excepcionais para adolescentes em conflito com a lei. Temos que caminhar e debater isso, pois do contrário, esse tipo de projeto que foi usado como exemplo na sua pergunta, e como é esse que eu dei o exemplo

aqui, do furto de carro de energia, mais uma vez criminalizando a pobreza, do estelionato passando para 19 anos de reclusão, da extração compulsória de DNA para todos os crimes tentados ou consumados. Eu acredito que o campo progressista tem que entender que a segurança pública é uma bandeira nossa também. E que tem que ser nossa também, porque essa é uma garantia constitucional. Esse não é um interesse meu, porque eu fui delegado, porque eu sou professor de direito penal. Não é isso, não. Porque isso está na Constituição Federal, artigo 144: Segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado. Então, se a população fala, ‘olha, eu não estou sendo contemplada com a segurança pública’, por isso ela adere a um comportamento muito mais punitivista.

- Como o enfrentamento ao crime organizado no Brasil? Você acha que com o Código Penal que temos hoje, esse “arcabouço jurídico”, dá para combater essas

organizações com a ramificação que elas já têm hoje?

- Sim, se efetivamente a lei for cumprida independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem ou poder aquisitivo. Como exemplo, temos casos de políticos condenados a 300 anos de cadeia, (300 anos de cadeia!), que estão em prisão domiciliar. Agora, tem o caso da pessoa pobre, morrendo dentro do sistema penitenciário, dentro do sistema prisional, morrendo, e não tem direito à prisão domiciliar: dois pesos e duas

**“De um lado,
o sistema
financeiro,
sonegação
fiscal,
corrupção
ativa e passiva,
peculato.
De outro,
a realidade
carcerária
brasileira”**

medidas. Mais uma vez, se você traçar o perfil socioeconômico de quem está preso? Pobre, preto e semialfabetizado. Qual o percentual da população carcerária que está presa por crimes contra a ordem tributária com o sistema de corrupção, ativo e corrupção passiva? Não tem. Mas, por que não tem, se o crime está aqui? Se você tem uma polícia inteligente, se você tem uma perícia qualificada, se você coletar elementos, provas, objetivas, subjetivas, se você dá

elementos para que o Ministério Público, titular da ação penal, deflagre a ação penal, e depois assegurar o contraditório e ampla defesa, ele é condenado. Mas aí não tenha aquela flexibilização de benefícios, como eu falei, que foi o caso da “saidinha”, com todo respeito a quem pensa o contrário. Você falar com uma pessoa que praticou um homicídio intencional, disparo de arma de fogo, foi condenado a nove anos, não vai ficar nem 1 ano e 8 meses preso, isso é razoável? Isso não é razoável. Por isso você tem que ter uma polícia inteligente, os órgãos de fiscalização e controle, tanto o Ministério Público, corregedorias, eles têm que ser muito mais atuantes, tem que cumprir o que está na lei. Se você tem alguém que praticou um crime de homicídio qualificado, a pena do homicídio qualificado é de 12 a 30 anos, está no artigo 121, parágrafo 2º, se ele foi condenado a 16 anos, ele vai ficar 16 anos. Vamos trabalhar com inteligência para fazer a desarticulação da organização criminosa, das milícias? E aí, sim, você tem instrumentos belíssimos dentro do ordenamento jurídico brasileiro. Você tem infiltração, você tem escutas, tudo de forma muito legítima muito bem estruturada o que tem que ser feito é dar efetividade para que as instituições exercem esse papel, independente do poder aquisitivo. Não acho razoável isso: você dar um tratamento quando eu dei o exemplo da prisão domiciliar, uma pessoa que foi condenada por corrupção, transitado em julgado, concede-se a ela prisão domiciliar, agora, uma pessoa pobre, infelizmente, não consegue prisão domiciliar. Então, dois pesos, duas medidas, isso não é a mola propulsora na minha vida, nem no meu mandato. Eu sou um eterno defensor de direitos humanos, não tenha dúvida disso. Mas eu quero uma polícia técnica, inteligente, que

tenha capacidade, que saiba fazer uma investigação penal, que saiba fazer um trabalho de infiltração, que saiba coletar provas de natureza objetiva e subjetiva, uma perícia extremamente qualificada. E aí sim, ao final, a pessoa condenada, depois de assegurados o contraditório e a ampla defesa, e transitada em julgado, vai cumprir a pena no regime adequado. É simples, para mim é dessa forma que tem que ser feito. E eu acho que, com os instrumentos que nós temos dentro do Código de Processo Penal, são suficientes, dentro do Código Penal também são suficientes. Porque se a gente esperar uma reforma do Código Penal, que é de 1940... aos poucos ele está sendo reformado. Ele é como um Leviatã, vai sendo reformado aos poucos. Eu dei o exemplo aqui hoje, com vocês, do estelionato, violência doméstica, feminicídio, crimes praticados contra policiais, e assim sucessivamente, aos poucos você vai fazendo essa alteração de acordo com a realidade comportamental. Agora, o processo legislativo também é muito lento. Eu lembro que, quando as mulheres conquistaram o direito à licença-maternidade, foi uma grande vitória, todos comemoraram, mas o que as empresas começaram a fazer? Não contratar mulher ou exigir atestado de esterilidade ou negativa de estado gestacional. Ora, era um fato moralmente reprovável, mas era um fato lícito, porque a premissa é constitucional, não há crime sem lei anterior que o defina, não apenas se emprega a combinação legal. Só em 1995 veio a Lei nº 9.029/95 que estabeleceu como crime a conduta de quem exige atestado de esterilidade ou negativo de estado gestacional. Mas quantas mulheres já foram vítimas? Isso num país que ainda é profundamente sexista, preconceituoso e misógino. A Constituição, desde 5 de outubro de 1988,

no artigo 5º, declara a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. Mas será que essa igualdade existe de fato? O problema é que quando surge a oportunidade de avançar, o processo legislativo não acompanha a urgência necessária. Enquanto isso, muitas pessoas continuam sofrendo com essas condutas abusivas que permanecem impunes por falta de regulamentação adequada.

“Estamos estabelecendo que crimes contra a ordem tributária, corrupção ativa ou passiva e peculato passem a ser crimes hediondos”

- O sonho da extrema-direita, além de derrotar Lula, é dominar o Senado para poder interferir nos outros poderes, essa se apresenta como a lógica da extrema-direita. O senhor é candidato à reeleição, pretende permanecer no Senado?

- Eu sou do Partido dos Trabalhadores no Estado Espírito Santo, e em nível nacional o interesse é efetivamente a gente caminhar para a reeleição do presidente Lula. Eu agradeço à população do Estado do Espírito Santo pela

confiança, tenho muito orgulho do mandato que tenho exercido e minha consciência está tranquila em relação a isso, estou conseguindo avançar em pautas extremamente importantes na defesa intransigente da democracia, mas com um olhar firme também. Fui delegado de polícia durante 27 anos, lidava com duas dores: com a dor da família da vítima e a dor da família do autor do crime. Eu precisava ter serenidade, sobriedade, equilíbrio, mas a altivez, respeitando os princípios que regem a Administração Pública, que estão no Artigo 37: a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Quantas vezes, ao investigar uma conduta criminoso, concluí que não houve crime e sugeri o arquivamento ao Ministério Público? E quantas vezes também tive que comprovar, por provas objetivas, técnicas, periciais e subjetivas, como a análise comportamental ou depoimento de testemunhas, que o crime foi praticado, e que o responsável respondesse na esfera competente. Minha consciência está tranquila com todos os projetos que tenho. Consegui recentemente alterar a pena mínima para peculato, o que era um absurdo, uma pena de 2 a 12 anos com um hiato tão grande é justamente para beneficiar e evitar que alguém seja condenado e preso. Perguntava-me por que me senti utilizado pelo Estado durante 27 anos para agir de forma contundente contra pobres e pretos? Porque o perfil socioeconômico de quem está preso é majoritariamente de pobres e pretos. Por isso, aqui no Senado, estou alterando crimes contra o sistema tributário, financeiro, sonegação fiscal, peculato, corrupção ativa e passiva, para que essas pessoas efetivamente fiquem presas. Para que não apenas crimes de colarinho branco sejam beneficiados por prisão domiciliar, mas que a

lei seja cumprida independentemente de raça, cor, etnia, religião, origem, orientação sexual, pois essa é a premissa do artigo 5º da Constituição Federal, que morro defendendo. A espinha dorsal do Estado Democrático de Direito se chama Constituição da República Federativa do Brasil. Por isso, defendo o fortalecimento das instituições e a conduta do próprio Supremo Tribunal Federal, o STF tem tido um comportamento de verdadeiro guardião. As pessoas não sabem diferenciar. Meus colegas dizem: “Ah, o Supremo está avançando, está legislando”. Eu digo: não façam isso! Vejam a Constituição Federal no artigo 5º, item 43, o princípio é a inafastabilidade jurisdicional: a lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito. Se não legislarmos, e o Supremo é instado a dizer o direito ante a nossa omissão, ele terá que dizer o direito. Isso aconteceu, por exemplo, com o casamento de pessoas do mesmo sexo, que é uma pauta da minha vida; nós não legislamos sobre isso, mas instado pelo princípio da dignidade da pessoa humana e pelo princípio da igualdade, que todos somos iguais perante a lei, o Supremo Tribunal Federal vai e diz o direito.

- Está acontecendo sobre o marco legal da internet também, uma discussão fundamental no Brasil, especialmente às vésperas de 2026...

- A mesma coisa, como acontece com o marco temporal, a mesma coisa, como acontece com inúmeros fatos. Mas isso não é uma marca daqui, do STF do Brasil, as pessoas têm que entender que a função do poder legislativo, nós exercemos uma função do poder majoritário. O papel da Suprema Corte ou de uma Corte Constitucional é contramajoritário, ela tem o poder de invalidar leis que nós aprovamos, por exemplo, que

são instaladas com vício de iniciativa ou com inconstitucionalidade, ela tem um papel representativo de dizer o direito quando nós nos omitimos. E ela tem essa função que eu gosto sempre de falar, que é iluminista, de empurrar a história para o rumo certo, como aconteceu, por exemplo, a Suprema Corte dos Estados Unidos, quando decidiu acabar e impedir a segregação de crianças negras nas escolas públicas, aquela foi uma decisão contramajoritária, uma decisão iluminista. A Supre-

**“Eu acredito
que o campo
progressista tem
que entender
que a segurança
pública é uma
bandeira nossa
também”**

ma Corte da África do Sul aboliu a pena de morte em qualquer hipótese. A Suprema Corte de Israel, quando veio a estabelecer a proibição da pena de tortura, inclusive para os condenados por crime de terrorismo. Então, e aqui no Brasil, quando houve a autorização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Mas, então, o Supremo Tribunal Federal age ante a nossa inação, a nossa omissão, isso não sou eu que estou dizendo, está escrito *ipsis literis* na Constituição Federal: a lei não excluirá

da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito. Se nós não dissemos, se nós não legislamos por uma questão, porque não legislar também é uma decisão. Se nós não legislamos para não ficar mal com a base eleitoral... Por que o Supremo Tribunal Federal veio falar sobre a quantidade de substâncias entorpecentes? Porque nós não legislamos, nós não estabelecemos na lei de entorpecentes quais são as condutas com critérios objetivos e subjetivos para se configurar como tráfico de entorpecentes. E aí vai continuar utilizando aquilo que eu presenciei no meu dia a dia quando eu era delegado plantonista: pegou um jovem negro num bolsão de pobreza com uma quantidade de maconha, pela quantidade, pela natureza, pelo local: traficante. E pega um jovem num bairro de classe média com a mesma quantidade, um homem branco, é para uso próprio. Essa discussão está no Senado há dez anos. Mas por quê? Porque nós não legislamos. É preciso que nós tenhamos também, façamos essa mea-culpa de entender que quando nós não legislamos, para isso que existe o sistema de freios e contrapesos, para isso que existem os poderes, para isso que existe o poder judiciário, de que, diante desse princípio da inafastabilidade jurisdicional. Se o Supremo Tribunal Federal foi instado a falar sobre casamento do mesmo sexo, é porque nós não legislamos. Se ele foi instado a falar sobre quantidade de substância entorpecente para definir traficante ou usuário, é porque nós não legislamos. Se o Supremo Tribunal Federal foi instado a falar sobre o marco da internet, é porque nós não legislamos. Se o Supremo Tribunal Federal foi instado a falar sobre o marco temporal, é porque nós ficamos deitados eternamente em berço esplêndido. ■



MEIs representam Brasil de oportunidades

Não é aceitável aceitar um processo negativo daqueles que empreendem — homens e mulheres que acordam cedo e movimentam a economia do país

Décio Lima - artigo publicado inicialmente no jornal Folha de S. Paulo

É, no mínimo, irresponsável o estudo sobre o impacto do microempreendedor individual (MEI) nas contas da previdência social brasileira, citado em reportagem na Folha de S. Paulo. Segundo a reportagem, o MEI acumulou um déficit de R\$ 711 bilhões, em valores atualizados.

Não é aceitável aceitar um processo negativo daqueles que empreendem — homens e mulheres que acordam cedo e movimentam a economia do país. O que existe, na verdade, é uma injustiça tributária.

Os pequenos sempre pagam seus impostos. O que há de fato é um processo de renúncia fiscal no Brasil que alcança cerca de R\$

800 bilhões, e essa renúncia não se origina da pequena economia, mas sim da grande economia que acumula riqueza.

A intenção aqui não é contestar nem simplificar a questão, mas o conteúdo divulgado é extremamente injusto com quem está gerando oportunidades, ampliando o emprego e a renda — aqueles que ganham pouco e muito fazem.

A formalização promovida pelo MEI, ao garantir direitos previdenciários básicos e facilitar o acesso ao crédito e apoio às empresas, contribui diretamente para a redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Trabalhadores que antes viviam à margem da economia agora têm chances reais de melhorar suas condições de vida, gerar renda de forma estável e contribuir para o desenvolvimento de suas comunidades.

Essa inclusão social e econô-

mica é um dos pilares da construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Segundo estudo realizado pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a formalização por meio do MEI pode gerar um aumento de até 25% na renda mensal, o que representa um ganho individual entre R\$ 112 e R\$ 395 por mês.

No âmbito econômico, o impacto anual da formalização do MEI pode representar até R\$ 69,56 bilhões a mais na economia brasileira — o equivalente a cerca de 1,7% da renda agregada do país.

A estimativa apresentada pelo estudo, que aponta o MEI como ameaça de um déficit futuro, baseia-se em uma situação empiricamente insustentável. Projetar reformas universais para microempreendedores é ignorar aspectos fundamentais, como a alta rotatividade, a informalidade estrutural e a inadimplência do segmento.

Além disso, desconsidera que, na ausência de formalização, muitos desses indivíduos receberam benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada — o que, de toda forma, geraria custo à Previdência.

As reformas são desejáveis, sim, mas devem ser construídas com base em dados empíricos reais, na diferenciação entre perfis de contribuintes e em uma avaliação intersetorial da segurança social.

Portanto, o MEI representa um avanço social e econômico que não pode ser desconsiderado nos debates sobre a sustentabilidade fiscal. A contribuição reduzida é uma política pública de inclusão, que permite a baixa capacidade contributiva desses pequenos empreendimentos e busca equilibrar a sustentabilidade com justiça social. ■

Décio Lima é presidente do Sebrae



Protestos em todo o país defendem taxaçoão dos super-ricos e criticam Congresso

Convocada por PT e movimentos sociais, manifestação reage à derrubada de medidas do governo Lula e pede que Bancos, Bilionários e Bets paguem a conta para garantir justiça tributária no país. Saiba mais

Agência PT

Em um desafio direto à influência da elite financeira no Congresso, movimentos sociais e o PT convocam a população para um grande ato na Avenida Paulista nesta quinta-feira (10), às 18h, sob a bandeira da “Taxação BBB”. A manifestação em frente ao Masp busca pressionar parlamentares e dar uma resposta contundente da sociedade à derrubada de medidas do governo Lula que visavam aumentar a cobrança de impostos sobre Bancos, Bilionários e Bets (casas de apostas), chamado “andar de cima”.

Organizada pela Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), centrais e pelo

diretório municipal do PT na capital, a mobilização quer transformar o slogan “Taxação BBB” em um movimento nacional pela justiça tributária. A pauta do protesto é ampla e inclui também a aprovação da proposta do governo Lula para isentar de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil e o fim da escala de trabalho 6x1, com redução de jornada sem corte nos salários — bandeiras que enfrentam forte resistência de setores ligados ao grande capital em Brasília.

Campanha ganha força nas redes

A campanha ganhou força nas redes sociais e urgência após parlamentares alinhados a interesses do mercado financeiro derrubarem decretos presidenciais que alteravam alíquotas do Impos-

to sobre Operações Financeiras (IOF). O governo reagiu à decisão, que considerou uma invasão de suas prerrogativas, e recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) para reverter a manobra.

Para fortalecer o movimento, o PT lançou oficialmente a campanha “Taxação BBB” e realizou, em 2 de julho, um encontro virtual com cerca de 270 influenciadores digitais, focando na mobilização online para levar o debate sobre justiça tributária a todos os cantos do país.

“A ficha do povo caiu”

Em entrevista recente, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Marcio Macedo, defendeu a pauta, afirmando que o objetivo não é aumentar a carga tributária geral, mas fazer com que os mais ricos paguem sua parte devida. “Nós estamos falando de 50 bilhões que não querem pagar o imposto devido sobre suas fortunas”, declarou Macedo. “É inaceitável que menos de 1% da população queira impor suas vontades e seus privilégios a 99% do povo brasileiro”.

A percepção de que parlamentares legislam para uma minoria privilegiada ecoa nas ruas. Para Ana Paula Perles, coordenadora do MTST e da Frente Povo Sem Medo, a estratégia dos congressistas ficou clara. “A ficha do povo caiu, e está todo mundo vendo que a maioria do Congresso está fazendo tudo para proteger os privilégios do 1% do andar de cima e jogar a conta para os trabalhadores pagarem”, afirmou, em entrevista à Folha de S. Paulo.

A mobilização é também uma resposta à ofensiva do chamado Centrão, acusado por lideranças populares de atuar em benefício de lobbies empresariais e de impedir avanços estruturais na justiça fiscal do país. ■

Semana e safra

Senador analisa, no artigo, fatos marcantes da política como o lançamento do duplo plano Safra para a temporada 2025/2026: o empresarial e para a agricultura familiar

Beto Faro

A semana que passou foi marcada por eventos políticos importantes. Com toda a legitimidade, o governo enfrentou a hostilidade das principais lideranças do Congresso e acionou o STF pela declaração de constitucionalidade do Decreto que alterou o IOF. Pelo Decreto, o governo preservou as classes menos favorecidas e buscou o ajuste emergencial das contas públicas mediante discreta contribuição pelos segmentos financeiramente mais aquinhoados da sociedade brasileira.

O tema constitui, pois, competência privativa do presidente da República. Como disse o presidente em entrevista na Bahia: “se eu não recorro, não governo mais”. Sim, a exemplo do que ocorreu com as Emendas parlamentares que saíram dos limites da razoabilidade no governo Temer e saltaram para o absurdo desde Bolsonaro, se pega a moda de revogar Decreto do presidente, daqui a pouco consolidamos um sistema de governo sui generis.

O Congresso assume as funções do Poder Executivo, e o Poder Executivo é transformado em “rainha da Inglaterra”, mas assumindo os desgastes políticos e as consequências jurídicas dos desmandos do Congresso. Observem a dificuldade para se enfrentar as barreiras institucionais para

a reparação das desigualdades extremas no Brasil. Enquanto o governo, com o Decreto, pretendia ‘garimpar’ junto a quem pode pagar, 15 bilhões de Reais para fechar as contas deste ano, somente as grandes empresas de agrotóxicos, quase todas estrangeiras, gozam de benefícios tributários federais, de 26 bilhões de Reais por ano!

Também destaco, na semana, a nova presidência do Mercosul assumida pelo Brasil na 66ª Cúpula do Bloco, em Buenos Aires, na qual foi finalizado o Acordo comercial com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) integrado por países daquele continente que não fazem parte da União Europeia. A propósito, o grande objetivo do Lula nesta presidência do Mercosul será o estabelecimento definitivo do Acordo com a União Europeia.

Outro fato de destaque na semana foi o lançamento do duplo plano Safra para a temporada 2025/2026: o empresarial e para a agricultura familiar. Deixaremos provavelmente para o próximo artigo, a abordagem sobre as inovações e os grandes eixos dos planos que garantirão a continuidade do apoio gigantesco do governo para a agropecuária nacional, independente do porte do agricultor.

Isto, em que pese os desafios fiscais e com a Selic inacreditavelmente mantida na estratosfera. Porém, associadamente a esse tema, aproveito para alguns comentários sobre a execução do crédito para a agricultura fami-

liar na temporada 2024/25. O ciclo desse crédito iniciou em 1º de julho de 2024 se estendendo até 30 de junho passado.

Os dados são do Banco Central, extraídos no dia 02 de julho, o que significa a possibilidade de algum ajuste que, todavia, não terá influência significativa nos valores já anunciados à medida que o sistema de acompanhamento do BCB opera praticamente em tempo real. Pelos dados já disponibilizados, nesta safra o Pronaf aplicou R\$ 62.7 bilhões; valor R\$ 200 milhões maior que o aplicado na safra 2023/2024. Porém, houve uma queda acima de 100 mil no número de operações contratadas que foi de 1.7 milhão. Enfim, um desempenho que poderia ter sido melhor com a eventual melhor desenvoltura das instituições financeiras.

De todo modo, temos a comemorar no Norte, a melhora importante na aplicação dos recursos do FNO pelo BASA. De R\$ 891 milhões aplicados na agricultura familiar safra 2023/2024, na atual safra as aplicações alcançaram R\$ 1.4 bi; um incremento de 53%. Mas, considerando fontes específicas, quem liderou o desempenho na execução do Pronaf foi o BNDES que respondeu por 17.7% das aplicações contra 15.6% na safra 2023/24. Na execução dos recursos do FNO, o Basa foi responsável por 2.2%, de qualquer maneira, um bom desempenho frente o 1.4% na safra passada. Há muito a se avançar, mas parece que o BASA superou a inércia. ■

Beto Faro é senador pelo PT



“Não cabemos em outro lugar”: Teatro do Contêiner resiste à remoção pela Prefeitura de São Paulo

Ministério Público investiga ação de Ricardo Nunes contra companhia que transformou área abandonada no centro em polo cultural com mais de 4 mil atividades desde 2016

Rose Silva

O Ministério Público de São Paulo instaurou, em junho, um inquérito para apurar possível improbidade administrativa e abuso de poder por parte do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que tenta remover o Teatro de Contêiner Mungunzá, instalado desde 2016 na região da Luz, centro da capital paulista.

No fim de maio, a Companhia foi notificada pela Prefeitura para desocupar, em 15 dias, o terreno que ocupa há quase uma década e onde hoje funcionam o teatro, um

coletivo social e diversas estruturas comunitárias.

Espaço virou referência cultural e social no centro

O Teatro de Contêiner Mungunzá é formado por 11 contêineres e abriga cerca de 70 trabalhadores diretos. Desde sua criação, já sediou mais de 4 mil atividades culturais, a maioria gratuita. Ao lado do teatro, atua também o Coletivo Tem Sentimento, que acolhe mulheres e homens trans com oficinas voltadas à geração de renda. Na praça onde estão instalados, há ainda quadra, playground, estúdio e sala pedagógica.

Segundo Lucas Beda, integran-

te da Companhia, o terreno estava abandonado quando o grupo realizou ali seu primeiro festival:

“Pedimos uma licença para o festival Arquiteturando a Cidade, e acabamos ficando. Como não havia equipamentos democráticos no centro, outros coletivos passaram a usar o espaço, inclusive ocupações do entorno”, afirma.

Com o tempo, o local superou a proposta inicial de ser apenas sede da Companhia Mungunzá:

“O espaço assumiu a função de equipamento público, com portões sempre abertos. Já fizemos mais de quatro mil atividades artísticas, mais de 80% gratuitas”, relata Beda.

A proposta da Prefeitura de transferir o grupo para uma área na região da Sé foi recusada. O coletivo afirma que o espaço oferecido não comporta a dimensão atual do projeto nem mantém sua inserção comunitária:

“Eles dizem que o teatro tem 290 m², mas ocupamos uma praça de 2.200 m². É um projeto de rua e de cena ao mesmo tempo. Isso não cabe em outro lugar”, argumenta.

Mobilização de artistas e sociedade civil

A tentativa de remoção provocou forte reação da sociedade civil. Mais de 60 coletivos artísticos assinaram uma carta pública criticando a decisão, que classificam como “higienista” e insensível ao papel social do espaço.

A atriz Fernanda Montenegro se juntou à mobilização e pediu, em vídeo, que o prefeito reconsidere a decisão.

O inquérito do Ministério Público vai apurar se houve desvio de finalidade ou interesse público no processo de notificação da Companhia Mungunzá. O teatro segue funcionando normalmente enquanto aguarda desdobramentos. ■



Brasil sedia Cúpula dos BRICS no Rio de Janeiro; saiba quais foram os destaques

Países discutiram política internacional, IA, transição energética, combate à pobreza entre outros temas

Redação Focus Brasil

A 17ª edição da Cúpula dos BRICS, articulação de países emergentes, ocorreu entre os dias 4 e 7 de julho na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de chefes de Estado e representantes de 21 países, que debateram a conjuntura econômica e política no contexto do chamado Sul Global.

Além dos países fundadores (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), fazem parte do bloco Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã. Outros 10 países

são parceiros e enviaram representações. O Brasil assumiu a presidência dos BRICS em janeiro deste ano.

Com realização no Museu de Arte Moderna, o evento teve como carta final, divulgada no domingo (6), a “Declaração do Rio de Janeiro”, que trouxe uma série de pontos de acordo entre os países. Em destaque está a recomendação de uma reforma ampla da ONU, a Organização das Nações Unidas, o repúdio aos ataques contra o Irã e a adoção da solução de dois estados para a questão Palestina.

A importância do multilateralismo econômico foi salientada no teor das discussões e apareceu como posição final do encontro. “Expressamos sérias preocupa-

ções com o aumento de medidas tarifárias e não tarifárias unilaterais que distorcem o comércio e são inconsistentes com as regras da Organização Mundial do Comércio”, diz item do documento.

Questões tecnológicas, como os rumos da Inteligência Artificial, o avanço na integração entre ciência e questões sobre segurança cibernética também apareceram. Foi anunciado um projeto de criação de um laboratório de Inteligência Artificial, com foco na agricultura familiar, por meio de uma parceria entre o Instituto Nacional do Semiárido (INSA) e a Universidade Agrícola da China.

Ainda em destaque, outros pontos como o fortalecimento de parcerias para o combate à pobre-



za, a eliminação de uma série de doenças relacionadas às questões sociais, com estímulo à vacinação. E o compromisso e apoio a uma transição ecológica justa e o compromisso com o fundo Tropical Forests Forever para a preservação de florestas tropicais, além da indicação de que os países ricos devem cumprir suas obrigações sobre suas emissões acumuladas.

Reação de Trump ao encontro

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou ainda no domingo (6) que vai impor uma tarifa adicional de 10% a “qualquer país que se alinhar às políticas antiamericanas do Brics”. A medida foi anunciada por meio de sua conta na rede social Truth Social. Além disso, Trump também deu declarações em favor do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Os principais países do bloco como Rússia, China e África do Sul responderam ao presidente norte-americano. O Brasil também se manifestou por meio de declarações de Lula em coletiva de imprensa nesta segunda-feira (7).

“Eu não acho uma coisa muito responsável e séria um presidente da República de um país do tamanho dos EUA ficar ameaçando o mundo através da internet. Não é correto. Ele precisa saber que o mundo mudou. Não queremos imperador”, disse Lula.

“Somos países soberanos. Se ele achar que ele pode taxar, os países têm o direito de taxar também. Existe a lei da reciprocidade [...] As pessoas precisam aprender que respeito é muito bom. A gente gosta de dar e gosta de receber, e é preciso que as pessoas leiam o significado da palavra soberania. Cada país é dono do seu nariz”, afirmou o presidente brasileiro. ■



Lula no BRICS: falas do presidente marcaram o encontro com líderes e chefes de estado no Rio de Janeiro

Presidente reforça compromisso com a soberania dos povos, o multilateralismo e a construção de uma nova governança global

Henrique Nunes

Ao encerrar a Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou com jornalistas sobre os avanços políticos do encontro, a ampliação do bloco e a necessidade de uma nova ordem internacional. Em tom direto, Lula defendeu o fortalecimento do multilateralismo, criticou a tutela

geopolítica das grandes potências e reiterou o papel estratégico do Brasil na mediação global.

Com discursos firmes e repletos de posicionamento geopolítico, Lula protagonizou o encontro, realizado nos dias 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro. O presidente brasileiro defendeu a construção de um mundo multipolar, criticou a estrutura atual da governança internacional e apresentou propostas concretas nas áreas de paz, meio ambiente, economia e saúde.

Na abertura da cúpula, no domingo (6), Lula afirmou que a diversidade do BRICS é uma ferramenta poderosa para a promoção da paz. “O BRICS é herdeiro do Movimento Não-Alinhado. Com o multilateralismo sob ataque, nossa autonomia está mais uma vez cerceada”, declarou. Ele também cobrou uma reforma urgente do Conselho de Segurança da ONU para incluir países da África, América Latina e Ásia como membros permanentes.

O presidente brasileiro apro-

veitou o palco internacional para criticar com veemência o que chamou de “genocídio em Gaza”, afirmando que “não podemos permanecer indiferentes ao assassinato indiscriminado de civis e ao uso da fome como arma de guerra”. Ele também defendeu uma solução negociada para a guerra na Ucrânia e pediu mais apoio internacional ao Haiti.

Na segunda-feira (7), Lula voltou a cobrar reformas na arquitetura internacional. “A gente está discutindo com profundidade a necessidade de mudança estrutural, inclusive no estatuto da ONU. Aquele mundo de 1945 ficou para trás”, afirmou. Em outro momento, reforçou a crítica à hegemonia global: “O mundo mudou. Não queremos mais um imperador.”

A agenda ambiental também esteve no centro das atenções. Lula destacou a importância da COP 30, que será realizada em Belém (PA) em 2025, e anunciou a criação do “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”, com participação dos países do BRICS. O presidente ainda pressionou por mais financiamento climático e cobrou justiça ambiental para o Sul Global.

Outro ponto relevante foi a discussão sobre a desdolarização das transações entre países do bloco. Lula defendeu o uso de moedas locais, desde que com responsabilidade e coordenação entre os bancos centrais. “Ninguém determinou que o dólar tem que ser a moeda padrão do comércio global”, disse.

No encerramento da cúpula, o presidente classificou o encontro como “a mais importante reunião do BRICS já realizada” e reafirmou o papel do grupo como alternativa viável à atual ordem global. “Não queremos mais um mundo tutelado, não queremos mais guerra fria, não queremos mais desrespeito à soberania”, afirmou.

Abaixo, selecionamos 10 trechos das falas de Lula:

1. “Não podemos permanecer indiferentes ao genocídio realizado por Israel em Gaza, o assassinato indiscriminado de civis inocentes e o uso da fome como arma de guerra.”, reforçando a urgência de ação coletiva diante dos conflitos em Gaza .

2. “O BRICS é herdeiro do Movimento Não-Alinhado. Com o multilateralismo sob ataque, nossa autonomia está mais uma vez cerceada”, definindo o grupo como guardião de uma ordem global multipolar.

3. “O mundo mudou. Não queremos mais um imperador.”, comentando ameaças tarifárias dos EUA, Lula afirmou que o mundo rejeita a hegemonia unilateral.

4. “O mundo precisa encontrar um jeito de que nossas relações comerciais não precisem passar pelo dólar... obviamente, temos que ser responsáveis e fazer isso com cuidado. Nossos bancos centrais têm que discutir com os bancos centrais de outros países.”, ao defender a desdolarização gradual e coordenada entre os BRICS.

5. “É um novo jeito de a gente fazer o multilateralismo sobreviver no mundo...” ▶

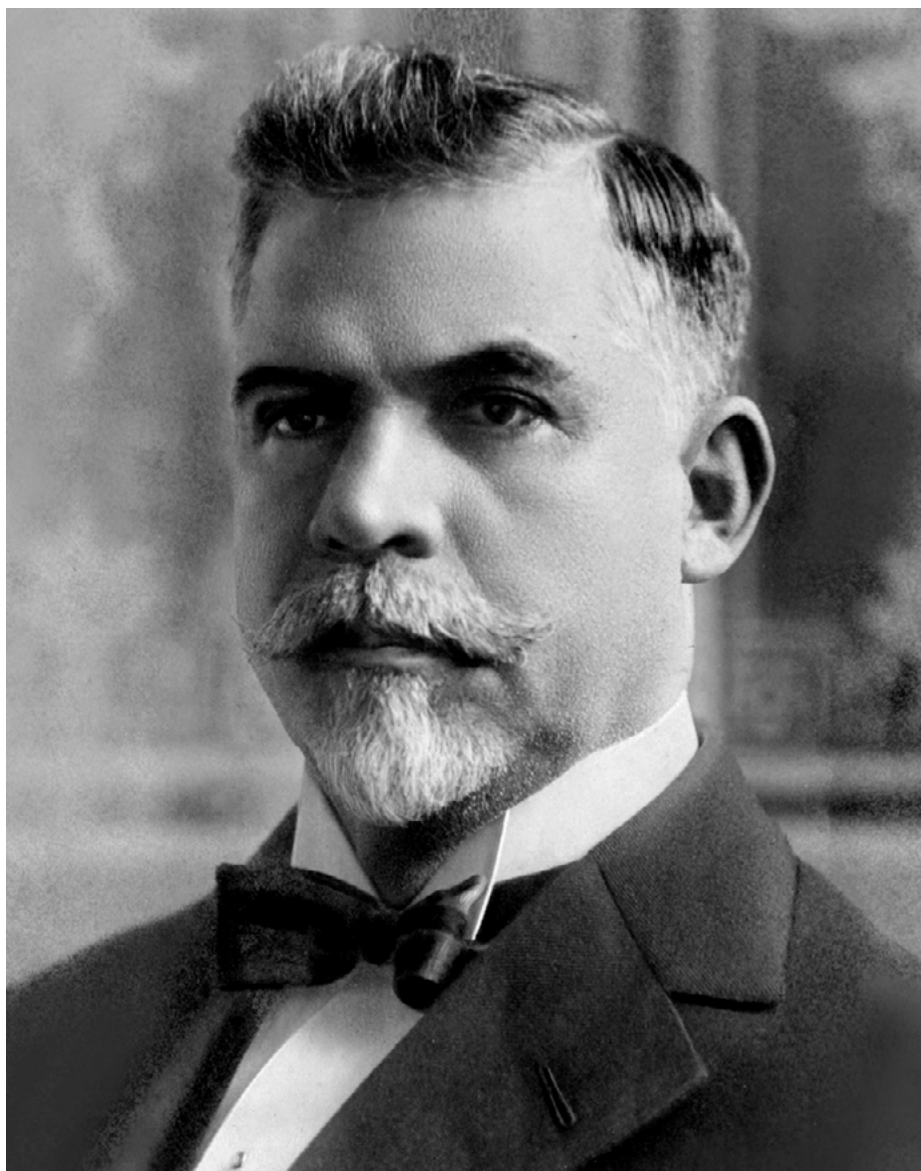
▶ não queremos mais um mundo tutelado. Não queremos mais guerra fria. Não queremos mais desrespeito à soberania. Não queremos mais guerra.”, disse Lula em trecho emblemático de seu discurso de encerramento.

6. “A gente está discutindo com muita profundidade a necessidade de mudança estrutural, inclusive no Estatuto da ONU, para que a gente possa recriar alguma coisa com base nos acontecimentos geopolíticos de 2021, e não de 1945. Aquele mundo ficou para trás.”

7. “A defesa da democracia no Brasil é um tema que compete aos brasileiros. Somos um país soberano. Não aceitamos interferência ou tutela de quem quer que seja. Possuímos instituições sólidas e independentes. Ninguém está acima da lei. Sobretudo, os que atentam contra a liberdade e o Estado de Direito”.

O discurso de Lula no encerramento da cúpula sintetiza a mensagem política do encontro: o BRICS não é apenas um fórum econômico, mas uma alternativa concreta à hegemonia internacional. Ao destacar a soberania, a inclusão e o diálogo entre os povos, o presidente reposiciona o Brasil no centro da disputa por uma nova ordem mundial. ■

Com informações do Palácio do Planalto.



01/07/1930

A política do café com leite

Cronista de seu tempo, Noel Rosa resumiu o cenário econômico e político do Brasil das décadas de 1920 e 1930 no clássico “Feitiço da Vila”, composto em parceria com Vadico:

*São Paulo dá café,
Minas dá leite,
e a Vila Isabel dá samba.*

Exaltações musicais à parte, era assim o Brasil daquela época: São Paulo dava café e Minas Gerais dava leite, e os dois estados alternavam-se na Presidência da

República. A lei, apesar de não escrita, era clara: um presidente paulista deveria dar lugar a um presidente mineiro, que por sua vez daria lugar a um presidente paulista, e assim por diante, até o fim dos tempos — ou o esgotamento do modelo político-econômico.

Acontece que, sim, Minas Gerais dava o leite, mas o café respondia sozinho por nada menos que 70% das exportações brasileiras, e era, portanto, o produto

de maior peso econômico para o país.

Em 1928, o presidente da República, Washington Luís (fluminense de Macaé, mas radicado em São Paulo), resolveu substituir a chamada “política do café com leite” pela do café com café. Em vez de dar a vez a um mineiro, indicou como candidato à própria sucessão o também paulista Júlio Prestes. Foi o estopim de um dos episódios mais marcantes da história do Brasil: a Revolução de 1930.

Preterido na sucessão presidencial, o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, buscou o apoio do Rio Grande do Sul, que era então a terceira economia do Brasil. O Rio Grande do Sul — que dava arroz e charque — não tinha protagonismo político no cenário nacional, mas ainda assim era um aliado fundamental. Para se juntar aos mineiros contra Washington Luís, os gaúchos exigiram que o candidato oposicionista fosse um contrarrâneo: o então presidente do estado, Getúlio Vargas.

A oposição foi derrotada nas urnas, debaixo de muitos protestos e acusações de fraude. Mas o resultado não arrefeceu os ânimos exaltados da época. À instabilidade política somou-se a crise do café, decorrente da quebra da bolsa de Nova York, em 1929. Principais compradores, os Estados Unidos reduziram drasticamente a importação do café brasileiro. Para conter a queda dos preços, o governo comprou e queimou toneladas do produto. Mas não foi o bastante para os cafeicultores, que exigiram moratória e novos financiamentos.

Mesmo na sua base social, Washington Luís e Júlio Prestes sofriram desgastes.



03/07/1951

Lei Afonso Arinos punirá racismo

É sancionada a lei de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco, deputado da UDN de Minas Gerais, que torna contravenção penal a discriminação racial no Brasil.

Afonso Arinos apresentara o projeto um ano antes, quando soube que seu motorista particular, negro, casado com uma catarinense descendente de alemães, havia sido barrado numa confeitaria do Rio de Janeiro.

Inicialmente, o projeto sofreu forte resistência, até que, meses depois, um hotel de São Paulo se recusou a hospedar a famosa bailarina norte-americana Katherine Dunham, também negra. A humilhação sofrida pela artista, que também era antropóloga e pesquisadora da cultura africana, teve grande repercussão, o que ajudou a formar na sociedade e no Congresso uma opinião majoritária favorável ao projeto.

Com a aprovação da lei que levou seu nome — falharam as tentativas governistas de batizá-la de “Getúlio Vargas” —, Afonso Arinos completava uma guinada nas suas posições eugenistas, externadas 15 anos antes em seu livro “Conceito de Civilização Brasileira”. Na obra, Arinos propunha eliminar da cultura brasileira os “resíduos” negros e indígenas por meio de

leis que protegessem as elites cultas do “barbarismo”.

Segundo depoimento posterior do deputado, sua mudança de posição deveu-se à indignação que lhe causaram os campos de concentração e extermínio da Alemanha nazista, onde judeus, negros, eslavos e ciganos, além dos opositores políticos do regime, foram eliminados.

Em seus 37 anos de existência, a Lei Afonso Arinos resultou em poucas punições, porque só tinha efeito se o ato racista ocorresse em espaços públicos. Mesmo com essa limitação da lei, sua publicação foi saudada por líderes de movimentos negros como um importante avanço.

O jornal “O Quilombo”, publicado pelo Teatro Experimental do Negro (TEN), dirigido por Abdias Nascimento, interpretou a aprovação da nova legislação como uma vitória da luta dos negros.

Isaltino Santos, líder da Frente Negra, em São Paulo, disse na época que o mais importante papel da Lei Afonso Arinos era reconhecer oficialmente a existência de preconceito racial no Brasil.

A Lei Afonso Arinos seria revogada em 1989, substituída pela Lei nº 7.716/1989, que endureceu as penas e tornou crime o que era tipificado como contravenção penal.

04/07/1975

Mulheres iniciam luta pela anistia

O Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) é lançado pela ex-prisioneira política Therezinha Zerbini numa sessão do Congresso do Ano Internacional da Mulher, realizado pela ONU na Cidade do México. De volta ao Brasil, a ativista articula um manifesto nacional, reunindo mães e familiares de presos políticos e de exilados brasileiros. O MFPA foi a primeira organização a defender abertamente a anistia no país.

A criadora do movimento era casada com o general Euryales Zerbini, um dos quatro oficiais-generais que resistiram ao golpe de 1964. O militar foi deposto do comando da unidade do Exército em Caçapava (SP), preso, reformado e cassado. Therezinha havia sido presa em 1970, acusada de apoiar a realização do congresso clandestino da UNE em Ibiúna (SP), em 1968. Passou seis meses no Presídio Tiradentes, onde foi companheira de cela da futura presidenta Dilma Rousseff.

O manifesto do MFPA reuniu 16 mil assinaturas em todo o país, especialmente no Rio Grande do Sul. O movimento tinha existência legal e foi muito importante por abrir espaço para a militância democrática de setores da classe média que não tinham vínculos com a esquerda ou com a oposição institucional. O MFPA recebeu o apoio da igreja católica, do MDB e de entidades de classe.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br para memorialdademocracia.com.br



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda